



# Anais da Assembléia

Nº 162

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 07 DE DEZEMBRO DE 1976

ANO II

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 252ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1976**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Jayme Rodrigues Carvalho e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Tuomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielise Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados Leopoldo Jacomel, Domicio Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Rosário Pitelli e Wilson Fortes (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE —(PAULO CAMARGO) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### MENSAGENS:

#### MENSAGEM 155/76.

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública e da EMO-PAR com o Município de SÃO MATEUS DO SUL, objetivando a execução de serviços complementares no prédio destinado à Terceira Subdivisão Policial sediada no referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR  
 Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 156/76.

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de TERRA BOA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 157/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 23 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de GUARACI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 158/76.

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de QUERÊNCIA DO NORTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 159/76.

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 04 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de TERRA RICA, objetivando a execução de obras de

controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 160/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 05 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de MANDAGUAÇU, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 161/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO JOÃO DO CAIUÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 162/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de DIAMANTE DO NORTE objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 163/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de PÉROLA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### MENSAGEM 164/76

Curitiba, 03 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 09 de novembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Município de SÃO PEDRO DO PARANÁ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

— À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, em data de ontem, nesta Capital, do jornalista e radialista ALUIZIO FINZETTO.

Entre as inúmeras funções exercidas pelo extinto, destacam-se: direção da Rádio Estadual do Paraná, direção artística da TV-Paraná Canal 6, e, durante os longos anos de exercício na função pública estadual, vários cargos de chefia e assessoramento no Palácio do Governo.

Requer-se, outrossim, uma vez aprovada esta proposição, se dê conhecimento da mesma à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PIETRO MENECHINI, residente nesta Capital.

O extinto que era pessoa muito estimada, deixou inconsolável toda sua família, pelo seu prematuro desaparecimento.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado conhecimento à exma. família, através de seu filho Gianfranco Menechini e seu genro Pierino Gotti.

(a) ROSÁRIO PITELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta Casa, sessão de hoje, voto de regozijo e congratulações pela fundação e circulação do primeiro número do jornal "O VALE DO PARANAPANEMA", editado na cidade de Porecatú, e cuja área de distribuição abrange os municípios de Centenário do Sul, Florestópolis, Lupionópolis, Miraselva e, em futuro próximo, Alvorada do Sul, Santo Inácio e Cafeára.

É evidente, que todas as comunas desta pujante e rica região, situada às margens do rio Paranapanema, sentirão de perto os efeitos benéficos de um órgão de imprensa que batalhará incansavelmente por seu desenvolvimento e sua maior conscientização.

Requer-se, outrossim, se transcreva nos Anais desta Casa, o Editorial do primeiro número do jornal em apreço, que se acha anexo ao presente.

Sala das Sessões em 07 de dezembro de 1976.

(a) FUAD NACLI

O SR. PRESIDENTE —(PAULO CAMARGO) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "É compreensível, em toda disputa política, que os ânimos se exaltem. Chegando até o envolvimento da honra dos líderes vitoriosos, de parte dos perdedores. Esta situação vem ocorrendo no próspero município de Rio Branco do Sul, onde a corrente derrotada no último pleito alega irregularidades que pretensamente teriam beneficiado o candidato vitorioso, Miguel Abraão, da ARENA.

Com a sua autoridade de respeitado parlamentar, outro colega da Assembléia, o Deputado Accioly Neto, já apresentou sua solidariedade ao prefeito Miguel Abraão, endossando de público a regularidade do concorrido pleito naquela cidade.

Hoje, trago minha solidariedade aos companheiros de Rio Branco do Sul, envolvidos em acusações que se explicam pelas paixões das disputas eleitorais.

Rio Branco do Sul, Srs. Deputados, é um dos municípios mais progressistas do Paraná. Nele estão situados os principais jazimentos calcários de todo o sul do Brasil. Ali se instalaram duas potentes fábricas de cimento e mais de uma centena de indústrias de cal e corretivo agrícola.

O perfil do município é francamente industrial, com as chaminés dos fornos ao longo da Rodovia dos Minérios. Ao mesmo tempo, uma alteração da base econômica exige cuidados do Poder Municipal, para que a mudança não crie bolsões desamparados.

Felizmente, Rio Branco do Sul tem tido ultimamente, bons comandantes para sua marcha rumo à industrialização. Como o ex-Prefeito José Pedroso de Moraes, em grande parte responsável pelo surto desenvolvimentista. Ou o atual Prefeito Silas Pioli, membro da ilustre família Pioli, uma das primeiras a se estabelecer naquela região.

Pois bem, Srs. Deputados, estes autênticos porta-vozes da comunidade rio-branquense, se aliaram para garantir uma sucessão pacífica e capaz, apoiando o candidato a Prefeito Miguel Abraão, comerciante honrado sob todos os títulos. Abraão foi eleito Prefeito, por uma das legendas da ARENA, tendo como vice, o ex-Prefeito Pedroso de Moraes.

Nós, que estivemos participando da jornada eleitoral de Rio Branco, sabemos que a vitória foi justa, muito apertada. Não há que discuti-la agora, mesmo porque o bom senso indica que numa disputa sempre haverá apenas um vencedor; os demais, vencidos.

Não retiramos o mérito de companheiros arenistas que estiveram na outra sub-legenda. Pelo contrário. Mas a vontade soberana do povo de Rio Branco do Sul quis continuar com Miguel Abraão a mesma tradição de progresso de José Pedroso de Moraes e Silas Poli.

Esperamos que as autoridades a quem cumpre apreciar os recursos contra o resultado daquela eleição tenham presente o veredito popular, aginal, o melhor para o futuro de Rio Branco do Sul".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Por sugestão de pessoas ligadas à cultura no Paraná, o Secretário da Educação e Cultura, no ano passado, designou uma Comissão de alto nível, e significação, com o objetivo de elaborar estudos que culminassem com a montagem de um projeto para a implantação de um órgão de âmbito estadual, a fim de que fossem englobados todos os departamentos e demais órgãos destinados a incentivar, promover, e preservar a cultura, a arte e a história do Estado do Paraná.

Tal órgão a ser criado, deveria absorver a administração e assistência aos museus, diretorias de assuntos culturais e departamentos ligados à Secretaria de Educação e Cultura. Órgão este, que teria a natureza de FUNDAÇÃO, propiciando às entidades ali englobadas, autonomia e flexibilidade, criando-se assim, verdadeiramente, condições de poderem cumprir, com seus objetivos. Esta seria a FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARANÁ.

A referida Comissão cumpriu sua função, elaborando e solicitando projeto e concluindo pela viabilidade do mesmo.

Ao manter diversos órgãos de cultura (museu de Arte Contemporânea, e Departamento de Artes, Museu da Imagem e do Som, etc), o Estado é onerado em seu orçamento e, por incrível que pareça, chega a atrapalhar e até impedir a esses órgãos de cumprirem mais eficientemente suas funções, principalmente em virtude do Decreto Presidencial que veta, aos órgãos do Governo, a aquisição de material estrangeiro, caso específico do Museu da Imagem e do Som, que simplesmente não dispõe de material fotográfico, cinematográfico e nem de equipamentos essenciais às suas atividades, quando esses materiais e equipamentos não são fabricados no Brasil.

Com a criação da Fundação Cultural do Paraná, esta poderá contar com verbas dos Governos Federal e Estadual e, o mais importante, ter sua receita própria, administração independente e suprir muitas deficiências de ordem funcional.

O estudo de projeto, realizado pela Comissão referida acima, foi entregue ao Sr. Secretário de Educação do Estado, no início deste ano, pois era prevista sua implantação já no mês de março passado. Ocorre que, até o momento, nenhuma satisfação foi dada pelo Sr. Secretário, nem ao povo, nem aos diretamente interessados.

Assim é que quero solicitar em nome dos interessados pela Cultura deste Estado ao Sr. Secretário de Educação, que preste informações urgentes sobre o andamento e o porque do silêncio guardado até o momento sobre o assunto de tão elevada importância e interesse, não só de professores, artistas, como do povo em geral e da própria história da nossa cultura.

À guisa de esclarecimento, convém lembrar que em outros Estados, providências já foram tomadas para que Fundações com maior maleabilidade, pudessem tratar dos assuntos culturais e artísticos, e aqui entre nós, o próprio Teatro Guaíra, é exemplo do que se afirma".

Nestas condições, encaminho ao Plenário, para apreciar, o seguinte pedido de informações à Secretaria de Educação e Cultura. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atri-

buições regimentais, requer manifestação do Plenário para aprovar o seguinte PEDIDO DE INFORMAÇÕES ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura do Estado do Paraná:

1 — Qual a data de nomeação da Comissão encarregada do estudo e elaboração de projeto para a criação da Fundação Cultural do Paraná? Quais os nomes que compuseram referida Comissão?

2 — Os estudos foram realizados? Qual a conclusão da Comissão e quando foram formalmente entregues à Secretaria da Educação?

3 — Após a entrega do estudo realizado pela Comissão, qual a providência adotada pela Secretaria de Educação? Quais os impecilhos, se existem, que obstaculizam a implantação da Fundação Cultural do Paraná?

Sala das Sessões, em 06 de dezembro de 1976.

(a) NILSO SGUAREZI"

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE —(PAULO CAMARGO) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há vários dias, a imprensa do nosso Estado tecia comentários a respeito das eleições últimas passadas, em Assis Chateaubriand. Temos, por exemplo, em mãos, o jornal "FOLHA DE LONDRINA", que diz:

"Poderá haver intervenção federal em Assis Chateaubriand".

"O Estado do Paraná": "Dodo pode ficar sem a Prefeitura".

O jornal "O Paraná": "Assis — eleição pode ser anulada".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há vários dias a Arena de Assis Chateaubriand, através do seu grupo minoritário, ingressará na Justiça com um pedido de impugnação do candidato eleito livre e democraticamente em Assis Chateaubriand, Koiti Dodo.

Mas, a Arena, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está realmente confundindo "caçada de tatu com serelepe", porque o candidato eleito Koiti Dodo cuja soma de votos foi quase que idêntica à soma dos três candidatos arenistas, estava legalmente regular e em nada devia à justiça eleitoral.

Diz a petição do grupo derrotado da Arena de Assis Chateaubriand, que o candidato eleito pelo nosso Partido estava filiado à Aliança Renovadora Nacional da cidade de Marília.

É uma mentira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque temos em mãos um documento da própria Aliança Renovadora Nacional de Marília, cuja declaração, Sr. Presidente, Srs. Deputados, passo a ler neste instante: "A Aliança Renovadora Nacional, Diretório Municipal de Marília. Nadir de Campos, Presidente em exercício do Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de Marília, declara para os devidos fins e eleitos de direito, que o Sr. Koiti Dodo foi filiado no Diretório Municipal da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) de Marília, sob o número 304 durante o período de 10 de março de 1968 a 03 de setembro de 1971, data em que, por solicitação própria, houve o desligamento de sua filiação partidária".

Isto é o que diz o documento da Arena da cidade de Marília. E o Juízo da cidade de Marília, em São Paulo, através do seu escrivão Josué Francisco Camarinha, declara: "José Francisco Camarinha, Escrivão Eleitoral da 70.a zona do Estado de São Paulo, em Marília, na forma da Lei, etc, CERTIFICA para os devidos fins que, revendo o processo número 28.345, pertencente à Koiti Dodo, filho de Yoshiro Dodo e Sun Dodo, nascido na cidade de Gaimbé, Estado de São Paulo, no dia 25 de novembro de 1940, foi constatado que o mesmo foi nosso eleitor sob o número 27.765, votando na Segunda Seção de Rosália, até o dia 03/09/71, quando o mesmo foi transferido para a cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, a pedi-

do do Juízo Eleitoral da 113.a Zona, conforme ofício número 344/71, de 11/08/71, que nos solicitava sua folha de votação, sendo a mesma remetida no dia 03.09.71, com nosso ofício número 2.266/76. CERTIFICO ainda que, o referido eleitor ERA FILIADO À "ARENA" e que sua FICHA PARTIDÁRIA apesar de CANCELADA nesta zona, por um lapso de nossa parte, deixou de seguir juntamente a Folha de Votação, sendo porém encaminhada no dia 25/11/1976, por intermédio de um advogado cujo número de registro é OAB/PR-4222; a assinatura de recebimento do documento supra citado se encontra ilegível. O referido é verdade e merece fé. Cartório Eleitoral da 70.a Zona /SP em Marília, a 01 de dezembro de 1976".

Sr. Presidente, e temos também o requerimento pedindo o desligamento da Arena, em Marília.

Está aqui:

"KOITO DODO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná, inscrito neste Partido sob o número 304, por motivo de transferência para a cidade acima citada, respeitosamente requer a V. S. o seu desligamento Partidário desta data, conforme lhe facultam as Leis Eleitorais.

Termos em que,

P. Deferimento.

Marília, 28 de agosto de 1971".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam a intenção maldosa de alguns elementos pertencentes à Arena, de minha comarca de Assis Chateaubriand, que, como a própria imprensa notara, que o Partido Governista naquela comarca está tripartido, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque temos em mãos, o jornal "FOLHA DE LONDRINA", quando está inserida uma declaração do atual Presidente da Arena de Assis Chateaubriand, que ele falando à imprensa, assim esclareceu:

"O Presidente do Diretório da Arena diz ainda que o grupo de Micheletto que lançou campanha intitulado-se "Grupo da Bandeira Branca", prometendo ainda, entre outras coisas, neutralidade e paz. Agora, está querendo impor à força uma liderança que não possui dentro da estrutura partidária do município.

Veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este grupo está semeando a intranquilidade na nossa comarca, já tão pisada e tão sacrificada. Este grupo que está levando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mentira, inclusive à Justiça, Mas, para finalizar, Sr. Presidente, nós acreditamos na Justiça, a lei será cumprida e KOITO DODO, pelo seu trabalho, pelo seu dinamismo, pela sua luta, pelo seu grande valor prestado a nosso Partido, e ao seu município, de sua comarca, irá governar aquele município dentro dos mais elevados princípios democráticos. Imbuídos desses propósitos de servir o povo, servir por lealdade e crendo na Justiça que será feita, KOITO DODO será diplomado, será empossado e será, por 4 anos, o futuro Prefeito de Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE —(PAULO CAMARGO) A Mesa consulta à Liderança do MDB se usará o horário que lhe era reservado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Usará o horário reservado à liderança, o Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, o Sr. Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assunto dos mais polêmicos e assunto do maior interesse para o Estado do Paraná, a eletrificação rural, teve no último dia 25 de outubro, o seu ponto alto.

(Lê): "Em memorável ato, realizado nesta Casa no dia 25 de outubro, foi instituída a Central das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Paraná - CECOERPA, destinada a abrir novos horizontes para os caminhos do desenvolvimento de nosso Estado. Embora estejamos saindo do calor de uma campanha eleitoral, queremos analisar o fato com o amior grau de

isenção, para não envolver nos limites de um pleito partidário, o processo de Eletrificação Rural, que não é de um partido, que não é de um governo, que não é de um Estado, mas que se insere entre os interesses básicos da Nação, por ser a porta mais ampla por onde há de passar a redenção de nossas populações rurícolas.

Por isso, Senhores, a Eletrificação Rural abriga a todos os brasileiros bem intencionados. Não pode estar subordinada aos interesses de um grupo ou de uma empresa, ou de uma facção. Tem que estar subordinada apenas ao interesse do homem da roça, tem que ser, como manda a lei, um instrumento a ser mobilizado para a política de desenvolvimento rural.

Como realizar a Eletrificação Rural, entretanto?

Muitas vezes pode-se visar interesses menores, certa Eletrificação Rural é realizada sem qualquer critério de racionalidade, sacrificando o todo por um pouco, privilegiando alguns à custa do direito de todos.

Eletrificação Rural deve ser realizada para atender todo o campo: grandes proprietários, e pequenos granjeiros, rentáveis núcleos de consumo elétrico, mas também difíceis consumidores de reduzido potencial, dentro de critérios equitativos.

A CECOERPA para nós, representa a possibilidade disso: de se chegar a critérios justos, racionais, adequados à realidade paranaense, para desenvolver amplamente a eletrificação de nossos campos. Não dizemos isto porque a CECOERPA esteja nascendo com grandes recursos técnicos ou porque disponha de grandes recursos financeiros. Não.

A CECOERPA é uma entidade de agricultores, de colonos quase sempre modestos, sofridos como o é o setor agrícola, e, portanto, não dispõe de excepcionais recursos humanos nem financeiros.

Tem, todavia, uma condição básica que nenhuma empresa possui: a sensibilidade para as coisas da terra, a comunhão com os interesses do agricultor e o compromisso de defender exclusivamente tais interesses.

Por isso a lei determina que a Eletrificação Rural deva ser feita pelos próprios agricultores, organizados em Cooperativas. Sendo a CECOERPA uma Cooperativa de Cooperativas, terá condições efetivas de suprir deficiências de suas associadas e de preparar a Eletrificação Rural paranaense para um salto de qualidade.

A CECOERPA poderá emancipar as Cooperativas de Eletrificação Rural, jurídica, técnica e economicamente, permitindo-lhes assumir plenamente no Estado do Paraná, o papel que a lei lhes destinou na realização do desenvolvimento brasileiro. De Cooperativas prostradas, exploradas, que pagam, que realizam, mas não decidem, tornar-se-ão Cooperativas verdadeiramente autônomas, negociando com o concessionário que lhes vende energia, de igual para igual, reivindicando de pé seus direitos como consumidor de energia e abolindo contratos de fornecimento draconianos, que pretendem substituir a lei para impor limitações maliciosas e descabidas à atuação das Cooperativas.

A CECOERPA poderá pleitear na instância que for competente, direitos de suas filiadas rotineiramente desrespeitados, até o cinismo, sob as alegações mais levianas: linhas de cooperativas que depois de concluídas, ficam meses e meses aguardando energização por que o concessionário alega não ter tempo de vistoriar; uma "sui generis" medição em grosso, que ao invés de apurar a demanda utilizada e a energia consumida para efeito de aplicação da tarifa própria, binômica, mede apenas os KWL nos pontos de tomada de linhas rurais, para incluir todas as perdas na conta da Cooperativa e fatura tais KWL pela tarifa monômica de baixa tensão, muito mais cara. Quantas outras irregularidades não deverão existir, que estão a chamar aos céus por uma ação de amparo aos direitos dos agricultores e de suas Cooperativas de Eletrificação Rural.

A CECOERPA poderá contratar pessoal especializado para

sanar vícios técnicos do sistema de distribuição de suas Cooperativas, os quais, embora pagos por estas, a peso de ouro, foram planejados, projetados e construídos pelo concessionário, sem consultar os interesses do agricultor. É necessário reduzir o número dos pontos de tomada de energia desses sistemas, para melhorar o índice de diversificação de demanda e diminuir o custo da eletricidade, é necessário encontrar solução ao problema dos transformadores superdimensionados para o consumidor rural que concorre para índices de 50, 60, 70 por cento da energia distribuída, onerando o agricultor; é necessário que se reestruturem alguns sistemas monofásicos que pela instabilidade de tensão vêm provocando queima de motores elétricos em prejuízo do agricultor.

A CECOERPA poderá, ainda, estabelecer programas de eletrificação rural desvinculados de interesses partidários, capazes de atender à generalidade dos agricultores, sem necessidade de padrinhos e de pistolões, sem zonas políticas de influência de "A" ou de "B" e, por isso mesmo consentâneos com as necessidades básicas do Estado.

A CECOERPA poderá, enfim, ser uma bandeira de colono humilde para a eletrificação de sua gleba: a casa onde ele é recebido com um sorriso, sem chapéu na mão, com interesse em encontrar melhor solução para o seu problema porque, afinal, é a sua casa, feita a seu feitio, posta a seu serviço e não um baluarte de tecnocracia insensível, cheia de empáfia e toda poderosa.

Por tudo que a CECOERPA significa como instrumento da comunidade paranaense para promover a Eletrificação Rural, precisa receber apoio integral de todas as forças vivas do Estado, quer do Poder Público, quer das instituições privadas, num esforço integrado de desenvolvimento.

Cabe-nos, afinal, referir-nos a todos os que de uma forma ou de outra, contribuíram para o nascimento da CECOERPA: o INCRA, através de sua Coordenadoria Regional no Paraná, como coordenador, junto à OCEPAR e CECOOP, em estreito entrosamento com as cooperativas e seus associados que, organizando-se em Cooperativa Central, dão uma demonstração de maturidade, descortínio e disposição de servir à causa pública.

Aos diretores eleitos da CECOERPA, nossos parabéns pela investidura e votos de feliz gestão.

Aos Cooperativistas de Eletrificação Rural, finalmente, nossa palavra de solidariedade e apoio. Não faltará nesta Casa do povo, vozes para defendê-los, para se alinharem na preservação de seus legítimos direitos e, dentre vozes, nada há de calar a nossa".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, à Liderança da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para que conste dos Anais desta Assembléia Legislativa, o teor da mensagem distribuída por S. Exa. o Sr. Desembargador Henrique Nogueira Dorfmond, Presidente do Tribunal de Justiça, ao ensejo do transcurso, amanhã, do Dia da Justiça, me permito, Sr. Presidente, desta tribuna, fazer a sua leitura.

"A Presidência do Tribunal de Justiça, sente como de seu dever, assinalar de alguma forma a passagem do "Dia da Justiça", instituído já há dezoito anos e celebrado em cada oito de dezembro, endereçando sua saudação de regozijo a quantos integram a família judiciária paranaense e, pois, contribuem para preservar-lhe a unidade com o entusiasmo de sua participação e a dedicação de seu trabalho.

Fazêmo-lo não tanto, movido por mero respeito a uma tradição que se nos afigura válida, senão sobretudo pelo anelo muito sincero de comunicar a todos os lidadores do Direito em nosso Estado o incentivo de que porventura careçam para perseverar na confiança em seu ministério e no valor de seu esforço em prol do fortalecimento da consciência jurídica no seio da comunidade.

Em meio às hesitações e perplexidades do momento atual, em que todos os valores parecem submetidos a uma revisão acelerada e em que as contestações se somam para por em dúvida velhas crenças e preceitos milenarmente defendidos, o homem, em seu simbolismo coletivo, não raro se mostra inseguro e temeroso quanto ao porvir, reduzindo sempre mais a antevisão de suas perspectivas e restringindo-as ao imediatismo do presente.

Tomando cada um, egoísta na procura urgente da satisfação de suas necessidades de pronto gozo, o espírito comunitário das populações resulta tíbio e inoperante, só se manifestando em gestos isolados de filantropia ou sendo despertado fugazmente em situações de calamidade pública ante os flagelos das forças naturais, sem todavia amedrontar força suficiente de contágio para relembrar a todos o imperativo da solidariedade como anseio inerente ao espírito humano.

Em presença disso tudo, impõe-se a imprescindibilidade do Direito para prover à disciplina da vida social e restabelecer, a cada instante, a legalidade fornecedora dos critérios mediante os quais um mínimo de consistência enseje o funcionamento mais ou menos harmônico da ordem existente, velando para que a liberdade de uns não leva a de outros e para que as manifestações da vontade individual não se hipertrofiem a ponto de sacrificar o interesse comum de sobrevivência.

Sobrepondo-se ao desnível das ambições pessoais e aos entrecosques de desejos só dificilmente conciliáveis, surge o Direito em sua essência reguladora e coativa para fazer respeitar o que toda gente sabe dever respeitar, mas nem sempre quer e sabe pelo clamor da própria consciência moral e pela aspiração inata de paz e segurança.

Não obstante, o âmbito do Direito é ainda por demais estreito se não tem a permeá-lo a idéia de Justiça.

A idéia da Justiça é uma idéia-força, de natureza ético-psicológica, que atravessa e sublima o campo do Direito, jamais permitindo que este se degrade e estiole na esterilidade do formalismo.

Diante da virtude triunfante ou do delito punido, diante do inocente perseguido ou do criminoso impune, grita na intimidade de cada qual, aplaudindo ou execrando, um sentido que se não pode negar nem reprimir; e é a posse comum desse sentimento, transmitido, condicionado e robustecido através do peregrino comércio social, que plasma e sustenta a consciência jurídica, a consciência de que a vida comunitária não pode desprezar as normas garantidoras de sua estabilidade.

Presente à consciência, o sentimento do justo transforma-se — por via do intelecto — na idéia do justo, chegando-se por abstração ao ideal de Justiça.

Se bem esse supremo ideal não seja privilégio de ninguém, por imanente em todo homem, urge entretanto, que seja constantemente revigorado em todo aquele que se insere por investitura no organismo da Justiça, institucionalizada, precipuamente, na figura do magistrado, sobre quem se assenta a responsabilidade imensa de interpretar a lei e aplicá-la, abrandando-lhe a dureza ou polindo suas arestas, sempre que o rigor lhe pareça excessivo no caso concreto, pois o bom-senso lhe imporá a convicção de que a Justiça não poderá ser verdadeiramente justa se prescindir da inspiração da caridade.

Todo Juiz — com a autoridade de seu exemplo pessoal e o poder virtual de sua judicatura — tem uma indeclinável missão político-social a cumprir, porquanto ele sempre representa um elemento de estabilidade a assegurar o equilíbrio das forças sociais que se movimentam incansavelmente e por vezes se digladiam; e o autoconvencimento dessa verdade há de ser tanto mais enfático, em cada magistrado, quanto mais a humanidade — premida pelas inquietações desta hora, — se municia de fúria icnoclástica contra o passado e não ligra visualizar os princípios definidores de seu futuro.

Se assaz penosa a missão — e quase assustadora a responsabilidade dela decorrente, mormente quando considerarmos

nossa falibilidade humana — não nos esqueçamos, entretanto, de que o maior título de glória a que podemos aspirar é a honra de servir e provar-nos úteis, sem aguardar recompensa maior do que a consciência apaziguada pela certeza do dever cumprido.

Que Deus nos ilumine a consciência, suplementando-nos as fraquezas com a infinidade de sua sabedoria e amor, por modo que saibamos agir com acerto e equidade, mostrando-nos todos dignos da excelssitude das funções que nos cabe exercer.

Curitiba, “dia da Justiça”, do ano de 1976.

(a) Henrique Nogueira Dorfimund, Presidente do Tribunal de Justiça”.

A transcrição, Sr. Presidente, do teor da mensagem que acabo de ler, poderá testemunhar o apreço desta Casa para com todos quantos na corporação, que é o Poder Judiciário, fazem da Justiça no Paraná a síntese da justiça que todos nós sempre almejamos poder possuir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 106/76, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 115/76, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas de pessoal contratado pela Consolidação das Leis Trabalhistas, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. —

## PROJETO DE LEI N.º 106/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

### DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito Especial, no valor de Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com Encargos Sociais do Pessoal regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas, de acordo com a seguinte discriminação:

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DAS FINANÇAS  
UNIDADE: COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO  
FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
PROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA  
SUBPROGRAMA: ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS  
ATIVIDADE: ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

DOTAÇÃO: 2307.03080302.177

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

3.2.5.0 — Contribuições de Previdência Social. Cr\$ . . . . .

2.115.840,00

Art. 2.<sup>o</sup> — Como recurso para cobertura do Crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei 6743, de 04 de dezembro de 1975 — Orçamento Geral do Estado para o Exercício de 1976.

Art. 3.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

(a) PODER EXECUTIVO

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER AO PROJETO DE LEI 106/76

O Sr. Governador encaminha a esta Casa o presente anteprojeto de lei, objetivando a abertura de um crédito especial de



Cr\$ 2.115.840,00 (dois milhões, cento e quinze mil, oitocentos e quarenta cruzeiros), para atender despesas com encargos sociais de pessoal contratado pela CLT, para ter exercício como conferente e carregador, nas agências auxiliares de rendas da CRE, situadas nas zonas limítrofes com outras unidades da Federação — no caso São Paulo e Santa Catarina.

Na Justificativa está a informação de criação de 300 funções e a demonstração de se buscar o combate à evasão de rendas.

No seu aspecto constitucional e legal, nenhuma restrição.

Quanto à conveniência, nos parece bastante clara e sua fundamentação justifica que se possa exarar um parecer favorável à mensagem.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976

(aa) Accioly Neto, Presidente; Dácio Leonel, Relator.

### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI NÚMERO 106/76 PARECER

Oriundo da Mensagem Governamental 115/76, de 16 de setembro de 1976, visa o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 2.115.40,00 (dois milhões cento e quinze mil oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a atender despesas com encargos sociais do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, conforme especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já emitiu parecer favorável à matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar o seu acolhimento por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01 de dezembro de 1976.

(aa) Quilse Crisóstomo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator. Em discussão.

O SR. TRAJANO BASTOS (PARA DISCUTIR) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos em mãos o Anteprojeto de Lei 106/76, no qual S. Exa. o Sr. Governador do Estado, solicita, a este Poder a abertura de um crédito especial no valor de Cr\$ 2.115.840,00

Quer nos parecer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, salvo melhor entendimento, que o expediente que S. Exa. nos remete não se trataria de crédito especial.

A Lei 4320, em seu artigo 41 e comentários, quando procura definir o que seja crédito especial diz o seguinte:

“Créditos Especiais. Aqui a coisa muda de figura. O crédito especial é orçamento paralelo e por isto mesmo a Constituição lhe põe freio no § quarto, do artigo 62. A nosso ver, em se tratando de orçamento programa, não se pode abrir crédito especial para pessoal ou material, isto é para objeto de despesa.

Abre-se crédito especial para um novo projeto atividade, discriminado por seus elementos de despesa pessoal, material e outros.

O crédito especial cria um novo programa para atender objetivo não previsto no orçamento. Destarte à medida que melhor o processo de planejamento e que seus resultados são expressos em programa no orçamento, tendem a desaparecer os créditos especiais”.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o encaminhamento desta pretensão se enquadraria mais propriamente como crédito suplementar.

Porque a despesa que o projeto prevê, a sua cobertura financeira, já existe dotação no Orçamento Geral do Estado, que é a Lei 6743 que é o Orçamento de 1975.

Então, desde que existe já previsto em Orçamento anterior, portanto em Lei, seria de S. Exa. solicitar a esta Casa,

um pedido de crédito suplementar e não um pedido de crédito especial.

E mais uma razão ainda, que S. Exa. ao solicitar o crédito especial, não teria apontado e especificado os recursos que lançaria mão para a utilização desta importância.

O que é obrigatório pela Lei 4320, no que diz respeito a créditos especiais.

Diante deste entendimento, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. com base no Artigo 134, parágrafo segundo, inciso quarto, do nosso Regimento Interno, que diz:

“— Serão verbais e independem de apoio e discussão, só podendo ser votados com a presença da maioria absoluta dos Srs. Deputados, os requerimentos que tiverem por fim pedir: item quarto, a retirada de Proposição, Substituição, Emenda ou Sub-Emenda, com parecer favorável”.

Creio que há tempo ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que seja sanada esta falha e que seja devolvido este projeto ao Sr. Governador do Estado, para que seja encaminhado nos termos que entendemos sejam os corretos.

Daí então, Sr. Presidente, encaminho a V. Exa. este requerimento, com base no Regimento Interno, no Artigo, Parágrafo e Inciso citados.

Muito obrigado.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Continua em Discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu tenho em mãos, a Lei 6743 que é a Lei que nos levou ao Orçamento Geral do Estado, para o corrente exercício.

Verifico, todavia, Sr. Presidente, que no Artigo segundo, o Executivo, faz menção à exigência da Lei 5320; porquanto, abre-se créditos especiais, suplementam-se dotações orçamentárias, à medida que a Lei de Meios disponha de saldos e dotações capazes de serem usadas para a suplementação pretendida.

No caso em tela, o Executivo, indica, como recurso para cobertura do crédito de que trata esta Lei, em seu Artigo primeiro, fica como estipula o Artigo segundo, o Executivo autorizado a tão somente cancelar igual importância de dotação orçamentária, em cuja dotação orçamentária o Governo tenha, através da reserva técnica, feito a poupança.

Existindo, portanto, Sr. Presidente, recursos, para cobertura da importância referida para o crédito especial, quer me parecer que está cumprida a exigência da Lei 4320.

Concedo o aparte.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Ivo Thomazoni me concede um aparte? (ASSENTIMENTO).

Ocorre Deputado que, salvo outra interpretação, - e não sei se caberia qualquer outra interpretação, a não ser aquela que conclusivamente nos oferece o texto da Lei 4320 que disciplina esta matéria — não há como fugir-se à exigência que a Lei impõe.

Estabelece a Lei 4320, em seu Art. terceiro: primeiro, que deve ser citado especificamente o recurso a ser cancelado, coisa que não se encontra no bojo do projeto de lei.

O Sr. Governador cita o orçamento inteiro, numa vastidão que a lei não permite, numa abrangência que a lei não permite.

De outro lado também, o mesmo texto de lei requer que seja justificado o cancelamento desse recurso, coisa que também o projeto não abarca.

O SR. IVO THOMAZONI — Respondendo o aparte de V. Exa. eu devo dizer que o Governador do Estado indica como recurso a dotação 3.0.0.0 — Despesas Correntes; 3.2.0.0. Transferências corrente; 3.2.5.0. Contribuição de Previdência Social, usando o valor de dois milhões 115 mil,

840 cruzeiros para abrir crédito especial destinado a atender despesas com encargos sociais de pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Peço desculpas a V. Exa.

O que se pretende realmente é abrir um crédito especial para atender encargos sociais de pagamento de pessoal.

O SR. ENÉAS FARIA — O projeto todo dessa rubrica se refere à criação de um crédito, não ao cancelamento.

O SR. IVO THOMAZONI — Para o pagamento do pessoal o Governador pode abrir crédito suplementar, através de Decreto, e esta sua competência está autorizada pela Assembléia Legislativa, através a própria Lei 6.742, se não me engano, artigo sexto, ou sétimo.

Para atender encargos sociais.

Não há hipótese nenhuma a levantar, Sr. Presidente, tão somente eu solicitaria de V. Exa. que tivéssemos um procedimento diferente ao encaminhado pelo eminente Deputado Trajano Bastos, Vice-Líder do MDB: ao invés de devolver a Mensagem Governamental, que se solicite que o Executivo indique quais os recursos orçamentários que serão usados pelo Executivo para cobertura do crédito a que se refere o artigo primeiro do anteprojeto de lei.

O SR. ENÉAS FARIA — Se me permite aduzir, à propósito, o projeto contém três artigos.

Escoreito apenas, um; o terceiro que diz que a lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O primeiro e o segundo, infringindo as disposições legais.

Concorda V. Exa. que deva o Poder Executivo especificar os recursos a serem suplementados, matéria para o artigo segundo.

Com relação ao artigo primeiro, parece-me que a categoria de crédito adicional a ser solicitado, não é a de crédito especial e, sim, de crédito suplementar, porque já está no orçamento anual, o programa; já está no programa atual, a atividade; já existe recurso dotado para isto.

Apenas, faltou e não vamos entrar no mérito. Apenas o que parece, faltou recurso para atender toda a programação prevista; talvez, a alta do custo de vida, talvez a alta de salário e outras questões que não cabem ser analisadas.

Mas, parece que na espécie o que cabe, é o crédito suplementar.

O SR. IVO THOMAZONI — Toda abertura de crédito que é especial, visa suplementar uma dotação orçamentária, quer adicionais ou suplementares.

O SR. ENÉAS FARIA — São integrados por 3 categorias:— Especial, suplementar e extraordinário, cada uma delas atendendo a determinação dos tipos de necessidades.

O SR. IVO THOMAZONI — Eu poderia, Deputado Enéas Faria, referir-me ao fato de que o crédito especial que o Executivo pretende abrir, é para atender despesa com os encargos sociais de pessoa e não existentes à época da elaboração e aprovação do orçamento.

O SR. ENÉAS FARIA — Deputado Ivo Thomazoni, no momento em que V. Exa. concorda que seja retirado de pauta e se supra a deficiência que contém o projeto, tenho para mim, encerrada a discussão.

O que dará condição ao Executivo de corrigir esta ou qualquer outra falha que eventualmente exista.

O SR. IVO THOMAZONI — O que constitucionalmente pode-

rá ser feito através de uma Mensagem.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Encerrada a discussão, a Mesa entende que a Mensagem encaminhada pelo Chefe do Poder Executivo, se tiver incorreções, poderá ser corrigida por emendas em segunda e terceira discussão, por esta Assembléia, ou por uma mensagem adicional que a corrija.

De qualquer forma, de forma alguma, poderá a Assembléia devolver ao Poder Executivo, a não ser a pedido do mesmo, a Mensagem que está sendo apreciada, neste momento.

A opinião dos Deputados que discutiram sobre o assunto, não é nem a opinião das comissões que examinaram e aprovaram por unanimidade.

Nestas condições, a Assembléia aguarda ou a votação, ou emendas em segunda e terceira discussão, ou mensagem complementar.

O SR. ENÉAS FARIA ( PELA ORDEM ) — Sr. Presidente.

V. Exa. informa à Casa que deverá submeter à votação em primeira Discussão, a mensagem nos termos em que está.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa acha que não pode devolver a mensagem ao Executivo; na primeira discussão é examinado, principalmente, o aspecto constitucional da matéria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, assinei parecer da Comissão de Constituição e Justiça, lavrado pelo eminente Deputado Dácio Leonel.

Não me pejo, em parecer favorável quanto à constitucionalidade e legalidade da matéria, não me pejo, agora, Sr. Presidente, em reconhecer que andei mal naquela oportunidade; que bem não estava naquele instante, como os demais membros da Comissão, me parece, também, fizeram mal, ao dar acolhimento ao parecer.

Ocorre, Sr. Presidente, que se discute em primeira discussão, exatamente, a constitucionalidade e legalidade da matéria.

Ela é constitucional, não há dúvida; apenas, a forma é que contraria a lei.

Portanto, não é legal nos termos em que está.

Não vejo como a Mesa possa, reconhecida a omissão, reconhecido o erro, reconhecido o lapso, não vejo como possa a Mesa pretender que a Casa vote matéria ilegal, embora tenham as Comissões se pronunciado favoravelmente, embora agora estejam as Comissões a reconhecer que votaram mal.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Sr. Deputado, a questão de ordem...

O SR. IVO THOMAZONI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno estou redigindo e encaminharei a V. Exa. um requerimento objetivando a retirada da Ordem do Dia, do projeto, por uma sessão, oportunidade que me dará, para no Executivo obter subsídios sobre qual a indicação de recursos que deva ser feita e apresentada por emenda.

Emenda que pretendo, para não constranger a ilustrada bancada do MDB, para votar em primeira discussão na atual forma redacional, que já, por ocasião da votação em primeira discussão na sessão de amanhã, ou depois e amanhã, já tenhamos à luz das emendas que pretendo oferecer, Sr. Presidente. Apenas para não constranger.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa aguarda a verificação de votação. O requerimento de adiamento de votação de V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Pela ordem, Sr. Presidente.

Em defesa da Comissão de Constituição e Justiça, da



qual eu faço parte e seu Parecer, eu gostaria de dizer que está havendo uma confusão entre dois termos.

O artigo 42, diz o seguinte: "Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto". E diz o artigo 43: "A abertura, que é por Decreto, dos créditos suplementares e especiais, depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa".

Data vênica, é o ponto de vista meu e não precisaria constar na Lei, no projeto de lei a indicação de recurso e sim, no Decreto.

E outra parte: A discussão fica se é crédito especial ou se é crédito suplementar.

Para isso nós teremos de verificar a Lei Orçamentária do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — A Mesa quer esclarecer aos Srs. Deputados, enquanto aguarda requerimento do nobre Deputado Ivo Thomazoni, que a Mesa não pode ficar convencida, mesmo que esteja pessoalmente dizendo, não pode ficar convencida com o que se discutiu em Plenário.

Mas, apenas o que vem para a Mesa para ser votado.

O projeto vem com pareceres de duas Comissões Técnicas e será levado a discussão. Encerrada a discussão...

Recebe a Mesa agora, no momento, o seguinte requerimento de autoria do Sr. Deputado IVO THOMAZONI, que será lido pelo Sr. Segundo Secretário.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO — (LÊ O REQUERIMENTO):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, por 1 (uma) sessão, o Projeto de Lei número 106/76.

Sala das Sessões, em 07 de dezembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

O SR. PRESIDENTE (PAULO CAMARGO) — Em votação o requerimento. — APROVADO.

Retirado o Projeto de Lei 106/76, da Ordem do Dia, por uma sessão.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 315/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 194/76, Mensagem 54/76, do Poder Executivo, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 315/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria do Interior, com o município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de combate da erosão urbana no referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.  
(Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PROPOSIÇÃO NÚMERO 194/76.

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 54/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Interior com o município de UMUARAMA, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Lineu Turra, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 316/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 300/76, Mensagem 74/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de ASTORGA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 316/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria do Interior, com o município de ASTORGA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 300/76.

PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 74/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado entre o Governo do Estado, com o município de ASTORGA, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 317/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 339/76, Mensagem 96/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana no referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

# PROJETO DE RESOLUÇÃO 317/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria do Interior, com o município de Cruzeiro do Oeste, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO NÚMERO 339/76.

**P A R E C E R**

Acompanhado da Mensagem Governamental 96/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Interior, com o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo, com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 318/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 345/76, Mensagem 102/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 318/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Interior, com o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO NÚMERO 345/76.

**P A R E C E R**

Acompanhado da Mensagem Governamental 102/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Interior, com o município de GOIOERÊ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que Convênios celebrados pelo Poder Executivo, com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 319/76 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 355/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 319/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria da Administração com o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO NÚMERO 355/76.

**P A R E C E R**

Acompanhado da Mensagem Governamental 355/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 320/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 360/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam DIVERSOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 320/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a

execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Barbosa Ferraz, o Grupo Escolar Major Carlos de Faria e o Ginásio Estadual Alberto Carazzai, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 360/76.

##### PARECER

A presente Proposição 360/76, oriunda da Mensagem Governamental 103/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa no termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de Convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 321/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 366/76, Mensagem 108/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de BANDEIRANTES, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 321/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### RESOLVE:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria da Administração com o município de BANDEIRANTES, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 366/76.

##### PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 108/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o município de BANDEIRANTES, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os Convênios celebrados pelo Poder Executivo, com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 322/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 383/76, Mensagem 116/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de Serviços de Segurança contra Incêndio e a Prestação de Socorros Públicos na área do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 322/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

##### RESOLVE:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO NÚMERO 383/76.

##### PARECER

Acompanhado da Mensagem Governamental 116/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a implantação de serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

Cumprido o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Lineu Turra, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 323/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 388/76, Mensagem 123/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, e o município de MOREIRA SALES, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO 323/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

##### RESOLVE:

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de MOREIRA SALES, objetivando a construção de prédio destinado à

Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO NÚMERO 388/76.**

**PARECER**

Oriunda da Mensagem Governamental 123/76, a presente proposição objetiva o referendo desta Casa ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de MOREIRA SALES, visando a construção de prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Constitucionalmente matéria se acha em condições de ser aprovada, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 324/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 394/76, Mensagem 126/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, e o município de JAPURÁ, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 324/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo Aditivo de 09 de agosto de 1976, ao Convênio celebrado em 03 de fevereiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de JAPURÁ objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROPOSIÇÃO NÚMERO 394/76.**

**PARECER**

Oriunda da Mensagem Governamental 126/76, a presente Proposição visa o referendo desta Casa ao Termo Aditivo ao Convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e do Interior, com o município de JAPURÁ, para a construção de prédio da DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA.

Constitucionalmente a matéria está em condições de ser aprovada, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 325/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 398/76, Mensagem 129/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul SUDESUL e o município

e o município de FOZ DE IGUAÇU, com a interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação do Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 325/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**RESOLVE:**

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo Aditivo de 17 de agosto de 1976, ao Convênio celebrado em 22 de maio de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul— SUDESUL, e o município de FÓZ DO IGUAÇU, com a interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação de “Plano de Desenvolvimento Urbano de Foz do Iguaçu”.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente, Deni Schwartz, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 398/76**

À presente Proposição número 398/76, oriunda da Mensagem Governamental número 129/76, tem por objetivo o referendo desta Casa ao Termo Aditivo de 17/08/76, ao Convênio de número 13, celebrado em 22/05/75, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região-Sul — SUDESUL, e o município de FOZ DO IGUAÇU, com a interveniência do Estado do Paraná, objetivando a implantação do “Plano de Desenvolvimento Urbano de FOZ DO IGUAÇU.

Analisando-se as cláusulas do aditivo, temos que o mesmo visa a atender os interesses das partes contratantes em benefício da região de Foz do Iguaçu, principalmente em razão das obras de construção da hidroelétrica de Itaipu.

Nestas condições o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Deni Scjwartz, Relator.

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 326/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 401/76, Mensagem 131/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de FLÓRIDA, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 326/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**RESOLVE:**

ARTIGO PRIMEIRO — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de Flórida, objetivando a construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA na sede do referido município.

ARTIGO SEGUNDO — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Enéas Faria, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO NÚMERO 401/76.**

**P A R E C E R**

Acompanhado da Mensagem Governamental 131/76, de 13/10/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de FLÓRIDA, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação, constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976:

(aa) Enéas Faria, Presidente; Luiz Roberto Soares, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 327/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 403/76, Mensagem 133/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MARMELEIRO, objetivando fornecimento de equipamentos para a DELEGACIA DE POLÍCIA local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 327/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 20 de abril de 1975, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de MARMELEIRO, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO À PROPOSIÇÃO NÚMERO 403/76.**

**P A R E C E R**

Oriunda da Mensagem Governamental 133/76, a presente proposição tem por finalidade o referendo desta Casa ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de MARMELEIRO.

Constitucionalmente, a matéria está em condições de ser aprovada por esta Casa, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros, Relator.

**PRIMEIRA DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução 328/76,

de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 405/76, Mensagem 135/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e a EMOPAR, e o município de PAISSANDÚ, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA e CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 328/76.**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de PAISSANDU, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO NÚMERO 405/76.**

A presente Proposição 405/76, tem por finalidade o referendo desta Casa a Convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o município de PAISSANDÚ, para a construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública daquela localidade.

Da análise do processo temos que o mesmo se acha revestido das condições legais e constitucionais.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976:

(aa) Accioly Neto, Presidente; Adalberto Daros Relator

**1ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 329/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 406/76, Mensagem número 136/76, do Poder Executivo, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de BOM SUCESSO, objetivando construção de prédio destinado à DELEGACIA DE POLÍCIA E CADEIA PÚBLICA, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 329/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

**ARTIGO PRIMEIRO** — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 20 de setembro de 1976, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o município de BOM SUCESSO, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

**ARTIGO SEGUNDO** — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente  
Adalberto Daros - Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 406/76

Oriunda da Mensagem governamental número 136/76, a presente proposição tem por finalidade a aprovação por esta Assembléia do Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de Bom Sucesso, objetivando a construção do prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

Constitucionalmente a matéria se acha em condições de ser aprovada na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 330/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 408/76, Mensagem entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de GUARACI, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 330/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 07 de abril de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de GUARACI, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Emílio de Menezes, Ginásio Estadual João de Giuli, Grupo Escolar Carmela Dutra e Unidade Sanitária, na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 408/76

A presente Proposição número 408/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de GUARACI, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 331/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 410/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o

Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de NOVA AURORA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversas unidades escolares, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 331/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 03 de junho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Nova Aurora, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Machado de Assis, o Grupo Escolar Wenceslau Brás e o Ginásio Estadual Jorge Nacli, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 410/76

A presente Proposição número 410/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aurora, objetivando a execução de reparos de próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 332/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 412/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TERRA RICA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 332/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração e o município de Terra Rica, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição número 412/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 137/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Terra Rica, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 333/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 416/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PLANALTINA DO PARANÁ, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, da sede daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução número 333/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 27 de julho de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Planaltina do Paraná, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Arthur da Costa e Silva, na sede daquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição número 416/76

A presente Proposição número 416/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Planaltina, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado daquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 334/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição

número 418/76, Mensagem número 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FOZ DO IGUAÇU, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Perciliana Lobato de Alvorada do Sul, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução número 334/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 02/08/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Perciliana Lobato, de Alvorada do Sul, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer à Proposição número 418/76

A presente Proposição número 418/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Foz do Iguaçu, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 335/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 420/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos em prédios de diversos estabelecimentos de ensino, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Projeto de Resolução número 335/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Administração e o município de PATO BRANCO, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam os Grupos Escolares: Rocha Pombo, Possídio Salomoni e a Casa Escolar Carmela Bortot, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 420/76

A presente proposição número 420/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Pato Branco, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
LUIZ ROBERTO SOARES - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 336/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 422/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria da Administração, e o município de APUCARANA, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 336/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
LINEU TURRA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 422/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 137/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Apucarana, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais, naquele município.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios, necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto - Presidente; Lineu Turra - Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 337/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 426/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de MIRADOR, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Mirador, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 337/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 05 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Mirador, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Mirador, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 426/76

A presente Proposição número 426/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de MIRADOR, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado daquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 338/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 428/76, Mensagem número 137/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de FAXINAL, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Paulo Pimentel, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 338/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 10/08/76, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração, com o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Paulo Pimentel, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 428/76

A presente Proposição número 428/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de FAXINAL objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 339/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 431/76, Mensagem Governamental número 137/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de TIBAGI, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola para Menores, da sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 339/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 24 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o município de Tibagi, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona a Escola para Menores de Tibagi, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 431/76

A presente Proposição número 137/76, oriunda da Mensagem Governamental número 137/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de TIBAGI, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação na forma do projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 340/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 433/76, Mensagem Governamental número 137/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de SERTANÓPOLIS, objetivando execução de reparos em próprios estaduais daquele município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 340/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração e o município de Sertanópolis, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 433/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 137/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração com o município de Sertanópolis, objetivando execução de reparos em próprios estaduais.

Cumpra o Senhor Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que Convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam de aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 341/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 437/76, Mensagem Governamental número 138/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 341/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 13/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 437/76

A presente Proposição número 437/76, oriunda da Mensagem Governamental número 138/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de RANCHO ALEGRE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 342/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 438/76, Mensagem número 139/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de re-ratificação do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de PARANACITY, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 342/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de re-ratificação datado de 13/10/76, ao Convênio celebrado em 30/06/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Paranacity, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
DENI SCHWARTZ — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 438/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 139/76, de 21/10/76, é encaminhado à apreciação desta Casa Termo de re-ratificação datado de 13/10/76, ao Convênio celebrado em 30/06/76, entre o Governo do Estado e o município de Paranacity, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana no referido município.

Cumprido o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto — Presidente; Deni Schwartz — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 343/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 442/76, Mensagem número 144/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de SANTA HELENA, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 343/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 31 de agosto de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e o município de Santa Helena, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
IVAN RUPPEL — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 442/76

A presente Proposição número 442/76, oriunda da Mensagem Governamental número 144/76, tem por objetivo o referendo desta Assembléia Legislativa, ao termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública, com o município de SANTA HELENA, objetivando a execução de reparos em próprios do Estado naquele município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do Convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente  
IVAN RUPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 344/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 443/76, Mensagem número 145/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando estudos e pesquisas para elaboração de modelo de Organização Territorial ao Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 344/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de estudos e pesquisas para a elaboração de modelo da Organização Territorial para o Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do

Paraná.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 443/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 145/76, de 22/11/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 22 de setembro de 1976, entre o Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento da Região — SUDESUL, objetivando a realização de estudos e pesquisas para a elaboração de modelo de Organização Territorial para o Projeto de Regionalização Administrativas do Estado do Paraná.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

Dácio Leonel — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 345/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 44/76, Mensagem número 146/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Centenário do Sul, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 345/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 444/76

A presente Proposição número 444/76, oriunda da Mensagem Governamental número 146/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Centenário do Sul, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 346/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 446/76, Mensagem número 148/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 346/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 21/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 446/76

A presente Proposição número 446/76, oriunda da Mensagem Governamental número 148/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Executivo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 347/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 447/76, Mensagem número 149/76, do Poder Executivo que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de IGUAUAÇU, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 347/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Iguaçu, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 447/76

A presente Proposição número 447/76, oriunda da Mensagem Governamental número 149/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Iguaçu, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DENI SCHWARTZ — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 348/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 448/76, Mensagem número 150/76, do Poder Executivo, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de CURITIBA, com interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando execução de etapas constantes do Programa de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 348/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 26/08/76, pelo Estado do Paraná com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de Curitiba, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando a execução das etapas que especifica, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 448/76

Acompanhado da Mensagem Governamental número 450/76, de 22/11/76, é encaminhado à apreciação desta Casa, convênio celebrado em 26/08/76, pelo Estado do Paraná com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério dos Transportes e o município de Curitiba, com a interveniência da Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana e da Empresa Brasileira

dos Transportes Urbanos, objetivando a execução das etapas que especifica, constantes do Programa de Investimentos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba.

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os municípios necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 349/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 449/76, Mensagem número 151/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o município de TAMBOARA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Resolução número 349/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 21/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Tamboara, objetivando a execução de obras de combate à erosão na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ENÉAS FARIA — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição número 449/76

A presente Proposição número 449/76, oriunda da Mensagem Governamental número 151/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Tamboara, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido município.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ENÉAS FARIA — Presidente

ADALBERTO DAROS — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 350/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição número 451/76, Mensagem número 153/76, do Poder Executivo, que aprova Termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o município de CIDADE GAÚCHA, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.



**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 350/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 21 de outubro de 1976, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 451/76**

A presente Proposição 451/76, oriunda da Mensagem Governamental 153/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do termo de convênio firmado entre o Governo do Estado e o Município de CIDADE GAÚCHA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios, é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Ivan Rüppel, Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 331/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 452/76, Mensagem 154/76 do Poder Executivo, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 351/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 23/10/76, entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Santo Inácio, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER À PROPOSIÇÃO 452/76**

A presente Proposição 452/76, oriunda da Mensagem Governamental 154/76, tem por objetivo a apreciação por esta Casa, do Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de SANTO INÁCIO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido Município.

Constitucionalmente, a competência para a celebração de convênios é do Chefe do Poder Executivo, ad-referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se as cláusulas do aludido convênio, temos que

o mesmo atende aos interesses do Estado em benefício do aludido Município.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução anexo. É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) Accioly Neto, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

O SR. PRESIDENTE — (PAULO CAMARGO) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pietro Meneghini. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e radialista Aluizio Finzetto. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações pela fundação e circulação do primeiro número do jornal "O Vale do Paranapanema", editado na cidade de Porecatu, solicita ainda, a transcrição nos Anais da Casa, do Editorial do primeiro número do referido jornal. — APROVADO. (O Editorial acha-se publicado no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, sobre a Fundação Cultural do Paraná. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 08, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução 315/76 a 351/76

Levanta-se a Sessão.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FUAD NACLI, EM SESSÃO DO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 1976.**

**E D I T O R I A L**

Aos céticos a decepção, aos realistas e otimistas, a afirmação da lógica brotada do estímulo de uma terra grande e de um povo maior ainda. É o nascimento de "O VALE DO PARANAPANEMA", um jornal que surge inspirado no signo da Cruz, que na horizontalidade de seus braços, faz o homem viver os seus problemas terrenos e na sua verticalidade o conduz às realidades do espírito.

Geração após geração, é cada uma responsável pelo mundo a ser legado aos que vem após. E dentro de cada geração encontramos o indivíduo, a pessoa humana, realidade última e única da própria humanidade. É para ele e cada um desses indivíduos que "O VALE DO PARANAPANEMA" se volta, pugnando incansável e irrestritamente por sua promoção e respeito. Sujeitos da história, co-responsáveis solidários pelo destino do mundo e da História, somos todos, sem exceção, quer seja de ideologia, cor, credo, ou condição social.

Ninguém de nós nasceu com um destino determinado, o que seria negar a dignidade e a própria liberdade do ente humano, mas temos um papel irredutível e irreversível no processo da História. Mas é preciso ter consciência de tudo isto. É preciso lembrar que a gente existe, não só por existir, mas que somos importantes no contexto geral. Um povo sem consciência nacional não passa de uma multidão que tateia no escuro.

Foi pensando em tudo isso que "O VALE DO PARANAPANEMA" se fez nascer. Foi aí que buscamos a própria razão de ser de um jornal. Instrumento de defesa do homem e de conscientização da realidade que nos envolve nesta pujante região e marco dinamizador do desenvolvimento dos municípios em que

circula, eis apresentado este jornal.

A pujança desta região é hoje uma realidade incontestável. Alvorada do Sul, Cafeara, Centenário do Sul, Florestópolis, Lupionópolis, Miraselva e Porecatu, talvez pela proximidade física, respiram uma problemática idêntica e escrevem às margens do Rio Paranapanema uma das mais belas histórias em termos de região. "O VALE DO PARANAPANEMA" quer pulsar a fé deste povo na sua capacidade de realização enquanto se assume e se descobre cada vez mais.

Aos que não acreditam em ideal, aos que depuseram

suas armas no sentido de construir um mundo melhor, aos que já não acreditam na renovação como postulado da própria dialética de sociedade que busca a ascensão e o progresso, deixamos as palavras de José Ingenieros, em "As Forças Sociais": "Todo esforço renovador deixa um saldo favorável à sociedade. . . Renovar-se ou morrer, disseram no seu tempo os renascentistas; renovar-se ou morrer, repita sempre a juventude que começa a viver num mundo constantemente renovado. Essa e nenhuma outra, deverá ser a fórmula dos homens e dos povos que aspiram a um porvir melhor do que o seu passado".